

O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR EM SÃO BENTO DO SUL E O PROCESSO DE DESLIGAMENTO DAS CRIANÇAS: O DESAFIO DA DESVINCULAÇÃO AFETIVA

32

Maiara Dufloth Pelissa, Darlene de Moraes Silveira,

Marco Antônio Murara¹

Centro Universitário - Católica de Santa Catarina

Resumo: O presente artigo objetiva identificar as estratégias utilizadas pelas famílias acolhedoras do Serviço de Acolhimento Familiar de São Bento do Sul – SC, na superação dos sentimentos inerentes à desvinculação afetiva de crianças de 0 a 3 anos de idade. O estudo foi feito com processos do período entre 2013 e 2015. Este estudo pode ajudar a aprimorar a relação com as demais famílias acolhedoras que ainda não passaram por este processo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, realizada por meio de entrevistas em profundidade utilizando um roteiro semiestruturado.

Palavras-chaves: Acolhimento Familiar; Família Acolhedora; Desvinculação Afetiva.

THE SERVICE OF FAMILIAR SUPPORT IN SÃO BENTO DO SUL AND THE PROCESS OF SEPARATION OF THE CHILDREN: THE AFFECTIONATE CHALLENGE

Abstract: The present article aims to identify the strategies used by the welcoming families, of the Service of Familiar Welcome of São Bento do Sul city, Santa Catarina State, Brazil, in the overcoming of the feelings inherent in the affectionate separation of children from 0 to 3 years of age. The study was done by processes between 2013 and 2015. This study can help too many welcoming families that still did not suffer this process. It is a qualitative descriptive inquiry carried out through interviews in depth using a semistructured itinerary.

Keywords: Familiar welcome; Welcoming family; Affectionate separation.

1 INTRODUÇÃO

O histórico-social do Brasil perpassou por diversos e difíceis estágios com ações fragmentadas e destituídas da necessária proteção social, até que se iniciasse um debate sobre a necessidade de uma legislação na área da assistência social para disciplinar as demandas do

1 E-mail: murara@catolicasc.org.br

Recebido em 20.03.2017 – Publicado em 04.07.2017

sistema vigente. Inicialmente, as demandas preponderantes à época correspondendo ao século passado (atendimentos a órfãos, crianças pobres, idosos, doentes e viúvas) ficou a cargo da Igreja Católica, numa perspectiva totalmente assistencialista, cuja prestação de serviço vinculavam-se a uma situação de dependência e favorecimento. A assistência social fundava-se na busca de respostas imediatas às necessidades de ordem espiritual e material, movida por valores de ordem religiosa ou asseguradora da ordem pública.

A prática da assistência ao outro é antiga na humanidade. Em diferentes sociedades, a solidariedade dirigida aos pobres, aos viajantes, aos doentes e aos incapazes sempre esteve presente. Esta ajuda se pautava na compreensão de que na humanidade sempre existirão os mais frágeis, que serão eternos dependentes e precisam de ajuda e apoio. A civilização judaico-cristã transforma a ajuda em caridade e benemerência e, dessa forma, compreende-se que o direito à assistência foi historicamente sendo substituído pelo apelo à benevolência das almas caridosas. (LUNARDONI & GIMENES & SANTOS. http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm)

A partir do século XX as desigualdades acentuavam-se, a produção e a distribuição de riqueza estavam cada vez mais desiguais e permeadas por relações de dominação e exploração de classes. Para compor a renda familiar, as famílias utilizavam-se da força de trabalho infanto-juvenil, o que para as empresas era de grande valia, pois era uma força de trabalho de fácil manipulação, mais dócil e mais obediente.

Esta situação caótica perdurou por um longo período, até provocar um intenso debate político e ocasionar mobilização da sociedade em 1988, quando se promulgou a Constituição da República Federativa do Brasil, cujo caráter era democrático, com o propósito de ampliar e garantir o direito dos brasileiros, lhe eximindo do caráter antes contributivo da antiga assistência prestada aos brasileiros e lhe designando, em seu artigo número 203, a percepção de assistência social vinculada a todos os que dela necessitarem. A Política de Assistência Social é então inscrita na CF/88 pelos artigos 203 e 204, este tratando que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”, e aquele de que “as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes”. (BRASIL, 1988).

Concomitantemente às alterações que tratam da assistência social como política pública de direito do cidadão e dever do estado, a CF aborda direitos da criança e do adolescente, considerando-os como prioridade absoluta, apresentado no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Regulamentando o artigo 227 da CF, em 1990 é aprovada a Lei 8069, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), abordando um conjunto articulado de direitos e responsabilizando a família, a sociedade e o poder público para garantir a proteção integral às crianças e adolescentes. Cabe ressaltar que o tratamento dispensado às crianças e adolescentes ao longo da história, tanto no cenário nacional quanto internacional, teve uma triste trajetória e, até se chegar ao ECA, foi uma longa jornada. Foram várias as tentativas anteriores de se fazer valer o direito de nossas crianças e adolescentes, sendo o ECA o dispositivo, segundo (FREIRE NETO, 2011; IN JUNIOR, 2012), por meio do qual o legislador

buscou pô-las a salvo perante qualquer arbitrariedade por parte do Estado, da família ou da sociedade.

O ECA criou os Conselhos de direitos em âmbito nacional, estadual e municipal que passam a ser o canal de participação e envolvimento conjunto do Estado e da Sociedade na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, e os Conselhos Tutelares que atuam no caso de violação dos direitos individuais das crianças e adolescentes, que se encontram em situação de risco. (BITENCOURT, 2009; IN JUNIOR, 2012)

Com os avanços da assistência social no Brasil no que concerne à proteção das crianças e adolescentes, surge uma Política Pública relativamente nova no cenário Nacional, denominada Serviço de Acolhimento Familiar, o qual encontra-se inserido na Proteção Social de Alta Complexidade, hierarquizado conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, sendo descrito como uma medida de caráter temporário e excepcional, conforme preconizado na Lei 8.069/1990 e, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, preferível ao acolhimento institucional. O ECA respalda o poder público na implementação do respectivo Serviço, conforme designado em seu artigo 34:

Art. 34. O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.

§ 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo a pessoa ou casal cadastrado no programa de acolhimento familiar poderá receber a criança ou adolescente mediante guarda, observado o disposto nos arts. 28 a 33 desta Lei. (BRASIL, 1990)

Sendo assim, no que se refere a esta política pública para crianças e adolescentes, o ECA estabelece em seus artigos 88 e 92 que, caso não seja possível que a criança ou o adolescente permaneça em sua família de origem, estabelece-se a excepcionalidade e a provisoriedade do Acolhimento Familiar ou Institucional, obrigando que se assegure a preservação dos vínculos familiares e comunitários, sendo que a criança ou adolescente ficará acolhido até que possa retornar à sua família de origem (quando esta tiver superado suas vulnerabilidades sociais, através da execução das políticas públicas, com o trabalho das equipes de referência), ou ainda, diante da impossibilidade deste retorno, o ECA estabelece a colocação em família substituta por meio de processo de adoção.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013), este serviço recebe o nome de Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, sendo este descrito na referida Tipificação como:

Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastado da família por medida de proteção, em residência de famílias cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para a adoção. O serviço é responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido em sua família de origem (BRASIL, 2013).

Na cidade de São Bento do Sul o Serviço de Acolhimento Familiar recebe o nome de “Programa Famílias de Apoio”. Sua implantação aconteceu em 07 de julho de 2002. Nesta época não havia uma uniformidade da denominação deste serviço no cenário nacional, nem

orientações técnicas para sua implantação e execução. A iniciativa de sua implantação na cidade partiu do Juízo da Infância e Juventude da Comarca de São Bento do Sul e do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção – Gerando Amor². Conforme consta no Plano Municipal da Rede de Serviços de Acolhimento Familiar e Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens (2015), a proposta de implantação deste serviço foi construída no município a partir do conhecimento compartilhado pela assistente social do Poder Judiciário local, então envolvida na discussão nacional acerca da temática, enquanto membro do Grupo de Trabalho Pró Convivência Familiar e Comunitária. A motivação para a criação do serviço em São Bento do Sul foi que diante das situações que demandavam o afastamento dos infantes de seus lares, os mesmos eram encaminhados para abrigos em outros municípios, por não existir tal serviço no município. Inicialmente, o serviço era executado por profissionais da então Secretaria de Desenvolvimento Comunitário, por voluntários do Grupo Gerando Amor e pela assistente social do Poder Judiciário.

A Lei Municipal nº 1373 de 19 de agosto de 2005, qual dispõe sobre o Programa de Acolhimento Familiar Provisório de Crianças (hoje Serviço) foi aprovada pelo CMDCA em 2005, submetida, neste mesmo ano, à apreciação e aprovação pela Câmara de Vereadores. Desde então, a Prefeitura de São Bento do Sul executa o Serviço mantendo-se, contudo, a parceria com o Poder Judiciário, Grupo Gerando Amor, CMDCA, Conselho Tutelar, e secretarias municipais de Saúde, Educação e Habitação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fase do desenvolvimento infantil que compreende dos 0 aos 3 anos de idade caracteriza-se por um período de dependência afetiva e emocional, no qual o indivíduo em formação inicia um processo de descobertas e aprendizado, precisando de um “outro Eu” para que possa constituir o “seu Eu”, uma vez que é a partir do cuidado recebido da mãe que a continuidade da linha da vida do bebê se mantém, e então ele experiencia uma “continuidade do ser” (WINNICOTT, 1960), pois “um bebê não pode ser pensado sem a presença de alguém que lhe exerça a função de mãe e sem um ambiente, por esta última criado, onde possa evoluir e desenvolver seu potencial de crescimento e amadurecimento” (COUTINHO, 1997:98). Este processo proporciona automaticamente uma interação natural entre indivíduos, o que acaba por estabelecer uma ligação afetiva entre duas ou mais pessoas, o que chamamos de **vínculo afetivo**.

“Um bebê não pode ser pensado sem a presença de alguém que lhe exerça a função de mãe e sem um ambiente, por esta última criado, onde possa evoluir e desenvolver seu potencial de crescimento e amadurecimento” (COUTINHO, 1997:98). Relacionado a este autor, podemos citar que dos 0 aos 2 anos de idade o bebê passa por dois estágios importantes, sendo o primeiro denominado dependência absoluta (essencialmente caracterizada pela fase de lactação, porém o lactante não está consciente de sua dependência em relação à mãe), e o segundo é o da dependência relativa, na qual o lactante torna-se consciente de sua dependência: quando a mãe

² Grupo Gerando Amor: Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de São Bento do Sul, fundado em 01 de julho de 1999.

está longe, ele experiência a ansiedade (WINNICOTT, 1983:84).

À partir dos 2 anos de idade, a criança começa a saber lidar com a perda,

Por exemplo, pode haver uma equipe mãe-ama-seca, de per si um interessante tema para estudo. Pode haver tias e avós adequadas ou amigos especiais dos pais que pela sua presença constante se qualificam como substitutos da mãe. [...] Verificar-se-á, contudo, que esses detalhes variam muito, e que o processo de crescimento do próprio lactante é impelido neste sentido de acordo com o que ele obtém (WINNICOTT, 1983)

Este “relacionar-se” implica no estabelecimento de um vínculo afetivo entre cuidadores e bebê. Conceituando “apego”, J. Bowlby (1973/1984) diz que

o relacionamento da criança com os pais é instaurado por um conjunto de sinais inatos do bebê, que demandam proximidade. Com o passar do tempo, um verdadeiro vínculo afetivo se desenvolve, garantido pelas capacidades cognitivas e emocionais da criança, assim como pela consistência dos procedimentos de cuidado, pela sensibilidade e responsividade dos cuidadores. Por isso, um dos pressupostos básicos da TA é de que as primeiras relações de apego, estabelecidas na infância, afetam o estilo de apego do indivíduo ao longo de sua vida (BOWLBY, 1989).

O comportamento de apego se refere a ações de uma pessoa objetivando alcançar ou manter proximidade com outro indivíduo, o qual é identificado como mais apto a lidar com o mundo (BOWLBY, 1989; CASSIDY, 1999). É um comportamento biológico e corresponde a uma necessidade de proteção e segurança (BOWLBY, 1973/1984). Vindo de encontro a esta afirmação, B. Golse (1998) cita que é instintivo, evolui ao longo do ciclo da vida e não é herdado, sendo que o que se herda é apenas o seu potencial ou tipo de código genético que permita melhor adaptabilidade à espécie, definindo sua evolução e preservação.

Evidências de que as crianças também se apegam a figuras abusivas sugerem que o sistema do comportamento de apego não é conduzido apenas por simples associações de prazer. Ou seja, as crianças desenvolvem o comportamento quando seus cuidadores respondem às suas necessidades fisiológicas, mas também quando não o fazem (CASSIDY, 1999). Sendo assim, compreende-se que, mesmo estando com seus direitos violados em seu meio familiar, isso não implica em ausência de apego para com sua mãe, pai e familiares. Logo, sua retirada deste meio violador é um processo que cada criança assimilará subjetivamente, e não podemos conceituá-lo nem mensurá-lo neste artigo, se há ou não dano maior, pois não é o propósito deste (exigiria estudo mais específico relacionado ao tema), entretanto, esta revisão bibliográfica nos indica que há um apego, independente da forma de relacionar-se com seus pais, e, ao ser retirada e inserida em outro meio familiar, mais ameno e no qual seus direitos estejam garantidos, ela irá se reestruturar e resignificar sua experiência passada, apegando-se e vinculando-se às figuras que, agora, lhe oferecerão cuidado e proteção.

Em relação às pessoas que se dispõem a prestar este serviço de “acolher”, cabe ressaltar que o tempo despendido em prol da criança é integral e envolve o núcleo familiar principal, familiares e até mesmo o meio social destes, pois a criança passa a pertencer, a “fazer parte” desta família. É justamente este sentimento de “pertencimento” que, muitas vezes, por estar ausente, faz com que a criança esteja tão fragilizada. Estas famílias, chamadas Famílias Acolhedoras, têm a missão de cuidar destas crianças, sendo o “cuidado”, de acordo com (BOFF, 1999), algo que integra e constitui o ser humano, logo, está em sua essência a capacidade de cuidar e a necessidade de ser cuidado. (BOFF, 2012, In VALENTE, 2013), recorrendo à obra

de Martin Heidegger, *Ser e tempo*, afirma que:

“o cuidado entra na definição central do ser humano. Constitui a base para qualquer interpretação que se queira fazer dele. O cuidado está sempre aí presente e subjacente como a constituição do ser humano. Falar de ser humano sem falar do cuidado não é falar do ser humano”.

Uma fala retirada do site Instituto Fazendo Minha História, dita por Luiz Roberto Monich e Ana Magali, voluntários do programa “Família Acolhedora” na cidade de Joinville, Santa Catarina, denota de forma clara e objetiva o sentimento sobre a desvinculação afetiva:

“Nestes anos como voluntário do programa “Famílias Acolhedoras”, a pergunta que sempre nos fazem é: Como vocês conseguem se desapegar da criança acolhida quando ela vai embora”? Quando chega a hora de partir, eu sei que farei parte da vida de alguém que me ama tanto quanto eu amo. É nisso que acredito, é isso que me traz alento. Então, como faço pra desapegar? Fácil! Não desapego! Eu as carrego comigo... Nas cicatrizes no meu coração!” (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, http://www.fazendohistoria.org.br/newsletter/newsletter_view.php?id=31)

Com o exposto pelos autores referenciados nesta revisão bibliográfica, observa-se quão delicada é a questão do acolhimento familiar perpassando o impacto sobre o desenvolvimento infantil e refletindo em todos os seus aspectos: físico, motor, intelectual, afetivo, emocional e social.

3 METODOLOGIA

Para realização do presente artigo, foi necessário acessar estudos Psicossociais das famílias que aceitaram participar das entrevistas para levantamento de dados de identificação das mesmas. Tais estudos são documentos do Serviço de Acolhimento Familiar, elaborados pela Equipe Técnica de referência (Psicólogo e Assistente Social) juntamente à família, para poder subsidiar sua habilitação a acolher crianças e adolescentes.

Utilizou-se um questionário pautado em um roteiro semiestruturado, aplicado por meio de uma entrevista em profundidade com 06 famílias acolhedoras, de um total de 14 famílias que passaram por este processo no período selecionado para esta pesquisa. Cada entrevista durou cerca de 01 a 02 horas. As famílias acolhedoras passaram pelo processo de desvinculação afetiva até dezembro de 2015

A entrevista teve dois momentos, sendo a primeiro com 3 questões gerais sobre a relação da família com o Serviço, e as 9 questões restantes direcionadas aos objetivos deste artigo, ou seja, à desvinculação afetiva que ocorreu entre as famílias e as crianças de 0 a 3 anos de idade que passaram pelo Serviço.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Primeiramente, levantou-se alguns dados de identificação das famílias que participaram da entrevista, entretanto, com o mínimo de exposição possível a fim de preservar a identidade dos mesmos. Segue tabela:

Perfil das Famílias Acolhedoras

Dados da Família	Família 01	Família 02	Família 03	Família 04	Família 05	Família 06
Data de Nascimento dos entrevistados	12/10/1967 02/11/1964	01/12/1977 17/04/1976	05/06/1968 05/02/1969	26/11/1948 24/11/1957	27/02/1969 20/11/1951	09/05/1990 12/02/1988
Composição familiar	01 filho de 18 anos, 01 filha de 16. Residem com o casal.	01 filho de 20 anos, não reside mais com o casal.	Ela, 03 filhos. Ele, 06. Não moram consigo. Juntos o casal não têm filhos.	Ela, 02 filhos e 03 netos, não residem consigo. Ele não possui filhos.	Ela, 04 filhos. Ele, 02. O casal têm 01 filha juntos, de 09 anos, que reside consigo.	01 filho de 08 anos.
Ocupação profissional	Ela, vendedora. Ele, aposentado.	Ela, costureira. Ele, Analista de Qualidade.	Ela, do lar. Ele, aposentado.	Ela, professora aposentada. Ele, pedreiro.	Ela, dona de casa. Ele, Operador de Máquina Florestal Autônomo.	Ela, vendedora autônoma. Ele, motorista de caminhão.
Renda mensal familiar aproximada	3,5 salários mínimos	6 salários mínimos	1,5 salários mínimos	5,5 salários mínimos	2,5 salários mínimos	6,5 salários mínimos
Cadastro no Serviço de Acolhimento Familiar de SBS	Janeiro/2010	Maior/2014	Junho/2014	Junho/2003	Junho/2014	Junho/2014
Total de crianças e adolescentes acolhidos	06	02	06	24	04	02
Crianças que foram adotadas ou retornaram à família de origem	01	02	01	10	01	01

Quadro 1: Fonte a própria pesquisa

4.1 São Bento do Sul e o serviço de acolhimento familiar

No município de São Bento do Sul, as principais causas de acolhimento de crianças e adolescentes nos anos de 2013 e 2015 são: negligência, drogas e alcoolismo, sendo que estas duas últimas, geralmente, culminam naquela, ou seja, estas três, na maioria das vezes, estão interligadas. Neste período que compreende janeiro de 2013 à dezembro de 2015, 39 crianças

e adolescentes foram acolhidas em Famílias Acolhedoras, por diversos motivos.

Abaixo, tabela com o levantamento dos dados referentes às crianças acolhidas no período em que o artigo foi elaborado:

As crianças acolhidas

Idade no ato do Acolhimento	Sexo	Tempo de Acolhimento	Motivo Acolhimento	Situação Judicial
1 mês	F	03/06/2015 à 12/2015	Adoção Ilegal	Em processo de Destituição do Poder Familiar
1 mês	M	18/12/2015 à 12/2015	Negligência e Abuso Sexual sofrido pelas irmãs	Medida de Proteção
2 meses	M	26/04/2013 à 12/2015	Negligência e drogadição	Em processo de Destituição do Poder Familiar
3 meses	M	31/12/2014 à 12/2015	Negligência e drogadição	Medida de Proteção
10 meses	F	19/12/2014 à 12/2015	Negligência e Alcoolismo	Em processo de Destituição do Poder Familiar
1 ano e 2 meses	M	14/05/2015 à 12/2015	Negligência e drogadição	Medida de Proteção
2 anos e 1 mês	M	11/05/2015 à 12/2015	Negligência	Em processo de Destituição do Poder Familiar
2 anos 1 mês	F	18/12/2015 à 12/2015	Mudança de modalidade de acolhimento (do institucional para o familiar)	Medida de Proteção
2 meses e 22 dias	M	05/11/2013 à 12/2015	Adoção Ilegal	Em processo de Destituição do Poder Familiar
3 anos e 9 meses	M	18/12/2015 à 12/2015	Negligência e Abuso Sexual sofrido pelas irmãs	Medida de Proteção
5 anos	F	18/12/2015 à 12/2015	Negligência e Abuso Sexual	Medida de Proteção
9 anos	F	29/04/2015 à 12/2015	Mudança de modalidade de acolhimento (do institucional para o familiar)	Em processo de Destituição do Poder Familiar
11 anos	F	18/12/2015 à 12/2015	Negligência e Abuso Sexual	Medida de Proteção
16 anos	F	18/12/2015 à 12/2015	Mudança de modalidade de acolhimento (do institucional para o familiar)	Em processo de Destituição do Poder Familiar

Fonte: A própria pesquisa

Das 14 Famílias Acolhedoras cadastradas, 12 estavam acolhendo: 01 acolhendo um grupo de 04 irmãos e 01 acolhendo mãe adolescente e sua filha.

Para melhor organização da análise dos dados, dispôs-se as respostas e observações em categorias de análise, dispostas nos subtítulos a seguir. Ressalta-se aqui que, nas categorias apresentadas em tabelas, a primeira coluna identifica a família pela letra “F.”.

4.2 Percepções sobre o acolhimento

No quadro abaixo, seguem as respostas e análises relacionadas às questões da entrevista

que foram direcionadas ao acolhimento no geral, ou seja, relacionado ao acolhimento de crianças e adolescentes de todas as idades, não apenas de 0 a 3 anos:

Percepção do Acolhimento

F.	PERCEPÇÕES SOBRE O ACOLHIMENTO O que os motivou a participar do Serviço de Acolhimento Familiar?	PREPARAÇÃO PARA O ACOLHIMENTO Como vocês se preparam? Como é a acolhida da criança ou adolescente quando ele chega?
01	O casal cita a adoção de sua filha como o aspecto motivacional que os impulsionou a participar do serviço. A adotaram do abrigo e viram na instituição um “ <i>lugar muito frio, técnico, sem família, sombrio</i> ” (sic!).	“ <i>A gente fica muito feliz, faz um monte de pergunta – o que a criança passou, como ela vem, etc.</i> ” (sic!) A família relata esta situação como sendo indagações destinadas à Equipe do Serviço, argumentando que às vezes se deparam com situações no acolhimento que, se não sabem da história da criança, terão dificuldade em lidar, justificando a importância de saber o que levou ao acolhimento.
02	Este casal elencou: a falta de criança dentro de casa; doação amorosa; querer se doar; querer ser prestativo; gesto de amor. Ele citou que queria ter mais um filho, ela já não queria mais (neste momento sorriram). Citaram em sua fala, ainda se referindo à motivação em participar do serviço: “ <i>pelo sentimento de educar uma criança e ser prestativo à humanidade, à comunidade</i> ” (sic!).	Relataram se tratar de uma emoção e uma expectativa muito grandes e que buscam coisas para cativar a criança, relativas à idade, como por exemplo bola, caminhão, bem como roupas. Fazem de tudo para que ela se sinta acolhida, se sinta “ <i>à vontade</i> ” (sic!).
03	“ <i>No sentido de ajudar uma criança. Sempre fizemos isso, sempre gostamos, queremos continuar fazendo</i> ” (sic!).	“ <i>Choramos muito, de alegria, porque vai vir pra um lugar limpo, encher a barriguinha. Ninguém retira criança sem motivo!</i> ” (sic!) A família se refere aqui, ao fato de que se a criança foi para acolhimento, foi por algum motivo grave. Esta família relata que tem roupas prontas para receber crianças de 0 a 10 anos.
04	“ <i>Ter me aposentado e procurar alguma coisa pra fazer. Cursos e trabalhos manuais não preenchia... algo a fazer por alguém!</i> ” (sic!). “ <i>Por ficar de varde em casa, à disposição, pela gente gostar de criança. Se sentir útil, sabe? A vida vira rotina, sem graça</i> ” (sic!). “ <i>Pela proteção à criança</i> ” (sic!) Aqui o casal relata uma situação de doença que a sra. enfrentava antes de virar família acolhedora, que não conseguia mais caminhar direito devido a uma inflamação nos nervos, nem mesmo amarrar os próprios tênis, dentre outras questões. Após virar família acolhedora, ela cita que misteriosamente vê-se curada, “ <i>ando pra cima e pra baixo, lavo roupa e hoje cuido de 04 crianças!</i> ” (sic!), ressaltando que no período em que ocorreu a entrevista, o casal estava acolhendo um grupo de 04 irmãos. A sra. relata que sua “ <i>cura</i> ” (sic!) se deva ao se sentir útil, ao ocupar seu tempo, acrescentando ainda que “ <i>estas crianças são abençoadas</i> ” (sic!).	“ <i>É uma correria! Mas já tem roupa – já chegou criança sem nada! – tem quarto pronto, guardamos roupas desde bebê</i> ” (sic!).
05		“ <i>Foi um corridão, o primeiro foi mais preparado, porque foi mudança de família, os demais foram de repente. Ficamos felizes, com medo, não sabia o que fazer, preparar... arrumamos brinquedo, o quarto, berço...</i> ” (sic!).
06	“ <i>Amor ao próximo e é um jeito da gente ajudar a cuidar de uma criança que precisa, ensinar o que é ter família, diferente do abrigo – conviver em família</i> ” (sic!).	A família relatou que primeiramente o casal conversa entre si, depois conversam com o filho de 8 anos para preparar o seu psicológico, e preparam “ <i>cama, berço, termômetro, remédio pra febre, arrumamos o cantinho deles pra se sentirem em casa</i> ” (sic!).

Fonte: a própria pesquisa

Analisando-se os relatos quanto à motivação para o acolhimento, trata-se de algo bastante

subjetivo. Entretanto, observam-se dois aspectos bastante presentes nos relatos, que foram sentir-se útil, através do ato de “ajudar alguém” e a preocupação com a criança. Quanto ao ritual para a chegada da criança e ou adolescente, cada família vivencia subjetivamente, mas é unânime a “*correria*” (sic!) para preparar a casa e os objetos para a sua chegada, sendo que a ansiedade antecede este momento atrelada à alegria em recebê-los.

3.3. Percepções sobre o desligamento

Nesta categoria englobam-se duas questões, a primeira indagando-os sobre “*como se sentiram ao saber que chegou o momento da criança ir embora?*” e a segunda sobre a percepção do convívio, indagando-os sobre “*qual a percepção do convívio? - em relação ao seu papel na vida daquela criança?*”. São categorias de análise baseadas em respostas bastante subjetivas.

Das 06 famílias entrevistadas, observou-se a experiência de sentimentos antagônicos e simultâneos: ficam tristes pela partida, mas ao mesmo tempo felizes pela criança ter tido sua “vida” resolvida, ter ido para uma família. As palavras “triste” e “feliz” aparecem na maioria dos relatos, sendo também utilizadas palavras semelhante (difícil, doído, ou contente, alegre). A palavra “medo” também apareceu nos relatos, referindo-se ao receio quanto a adaptação da criança na nova família (definitiva - adotiva ou biológica). Esta palavra foi citada por duas famílias, que, coincidentemente, experienciaram seu primeiro acolhimento. Outra questão interessante observada foi a expressão “o vazio” ou “o buraco que fica na casa” indicando a falta que aquela criança faz após sua partida, como sendo uma das partes mais difíceis de se lidar.

Percepção do Desligamento

F.	PERCEPÇÕES DO DESLIGAMENTO	PERCEPÇÃO DO CONVÍVIO
01	Esta família disse ter se sentido feliz, pois a criança em questão iria para adoção e o casal adotante estava na fila de espera há cerca de 8 anos, e não tinha filhos. Mesmo assim, citaram que “ <i>no quarto, ver o berço vazio, me deu uma tristeza</i> ” (sic!), referindo-se ao pós desligamento, mesmo sabendo que a criança havia sido recebida com muito amor e estava bem.	Como ainda mantêm contato com a família que adotou a criança em questão, consideram importante seu papel enquanto acolhedores para a história de vida da criança, pois ela sabe que “ <i>essa foi a tia que me cuidou</i> ” (sic!), sendo saudável, em sua opinião, a convivência entre família de origem e família de apoio, assim como a transparência em relação à sua história de vida.
02	“ <i>Chocada, triste, porque a gente pensa que não vai chegar esta hora, que vai demorar!</i> ” (sic!). O casal citou o medo da adaptação da criança na família que o adotou, pois ele quando chegou em sua residência, também teve dificuldade em se adaptar, então temiam que também o tivesse na família adotiva. Citaram o “vazio” que fica dentro da casa, que faz quererem outro para preenche-lo. A sra. que acolhe chorou por três semanas a fio, segundo relatos durante a entrevista. Citam que mesmo sabendo que este momento chegaria, foi difícil.	“De dever cumprido” (sic!). Esta família respondeu referindo-se ao seu papel de doação no acolhimento, de terem doado seu tempo, dado todo amor possível para que ele se sentisse amado, citaram também terem apresentado a criança a Deus (segundo sua religiosidade).

03	<i>“Choca bastante mas no mesmo instante a gente já se alegra. Fica sem chão. Mas sabíamos que uma hora ela iria”</i> (sic!). Esta família relata ter sido <i>“doído”</i> (sic!) ao mesmo tempo que <i>“muito contente”</i> (sic!), por saberem que a criança <i>“ganhou uma família de verdade, um lar definitivo”</i> (sic!), citam ainda que fica um <i>“buraco muito grande na casa, ate vir outro pra preencher”</i> (sic!)	<i>“Foi bom, aproveitamos bem aquele momento. Foi muito bom. Sabia que o papel não é o de ficar com ela, apesar do apego. Agradecemos à Equipe por deixar a gente ciente disso!”</i> (sic!). Esta família referia-se a uma bebê que fora acolhida com 5 dias e fora encaminhada à adoção com 6 meses.
04	<i>“Tive a sorte que poucos foram repentinamente, a maioria foi avisado. Fico muito feliz porque sei que essa criança vai pra um lar e será bem recebida, por pessoas que foram preparadas. E se não estiverem preparadas, alguém vai ver e aí a criança vai voltar”</i> (sic!). Aqui citam <i>“tive a sorte que poucos foram repentinamente”</i> porque essa família tem o ritual de se despedir antes das crianças, nunca na hora da despedida final.	<i>“Muito importante, procurar fazer o melhor porque é o exemplo que eles vão ter daquela passagem, nunca falar o que aconteceu, do motivo, do passado. Dar limites. Nunca desmerecer o passado”</i> (sic!). Nessa última parte, este <i>“nunca desmerecer o passado”</i> a família se referiu a não desmerecer pai e mãe ou o que quer que a criança traga, por mais difícil que tenha sido, por piores que tenham lhe tratado, caso a criança toque no assunto.
05	<i>“Muito difícil. Senti que fiz o que tinha que fazer por ele, o que eu pude passar de bom e de melhor eu passei, e torcer pra que tudo desse certo no futuro com os pais e que soubessem encaminhar ele”</i> (sic!). A sra. se emocionou durante a entrevista ao lembrar do momento em que arrumava os objetos da criança e ele a viu, a indagando. Disse que receber a notícia que chegou o momento da partida é difícil, que se sentem de <i>“mãos e braços amarrados”</i> (sic!), porque gostariam que a criança ficasse, mas sabe que não pode. Ela diz sofrer mais que seu companheiro porque se <i>“apega mais”</i> (sic!), ao passo que ele fica triste e feliz ao mesmo tempo, <i>“ele é mais forte”</i> (sic!), relatam ainda que a criança <i>“enfim encontrou o destino, mas ao mesmo tempo dá uma tristeza porque ela foi”</i> (sic!).	<i>“Eu espero que eu tenha conseguido passar coisas boas, importantes para ele”</i> (sic!). <i>“A gente tentou para fazer ele feliz com a gente”</i> (sic!), relataram referindo-se a passagem da criança em sua residência, que foi seu primeiro acolhimento. Sua fala foi no sentido de ter preenchido da melhor forma possível o curto período de tempo no qual ele permaneceu com eles.
06	<i>“Dor no peito. Sabia que a família queria muito e tava interessada, que ela ia receber amor, mas tinha medo da adaptação dela, dela demorar, mas por um lado fica alegre de ver ir pra família, mais ainda laços de família”</i> (sic!). Aqui eles se referem a <i>“mais ainda laços de família”</i> porque neste caso a criança em questão foi reintegrada ao pai biológico. Acrescentam ainda que <i>“somos avisados bastante pela Equipe, desde que acolhe sabemos que vai, mas, dá tipo um choque na hora. Mas sabemos que pode ser rápido, ou demorar”</i> (sic!), se referindo aqui ao tempo que pode durar o acolhimento.	<i>“Acho que foi um papel muito importante, no início da vidinha dela – ela vai lembrar! – ela teve uma família. Foi um aprendizado pra ela e pra gente. Se sentir em família, fizemos o máximo pra isso”</i> (sic!). A família 06 se referiu ao importante papel do acolhimento fazer com que a criança sintasse inserida em um meio familiar, mesmo que seja pequena), no sentido de que apesar da pouca idade, estão crentes de que ela lembrará que esteve em uma família, e de que foi importante para ela.

Fonte: a própria pesquisa

Dos relatos descritos nesta categoria de análise, apenas duas famílias não utilizaram a expressão “vazio ou buraco” deixado na casa para se referir ao período pós desacolhimento: a **família 06** foi uma das que não citou tal expressão, porém não passou por esta experiência, pois quando souberam que haveria o desligamento da criança que estavam acolhendo e que a mesma seria reintegrada ao pai biológico, antes que esta criança fosse desacolhida a família recebeu outra criança, de pouco mais de 2 anos de idade, a qual ainda estavam acolhendo quando realizaram esta entrevista para o presente artigo, não tendo a experiência de ter ficado com este “vazio” que surge curiosa e espontaneamente na fala das demais famílias. Quanto à **família 04** não ter citado, talvez deva-se ao fato desta ser a mais experiente do serviço atualmente, tendo acolhido um total de 24 crianças e adolescentes desde o início do Serviço. Entretanto, cita em

seus relatos rituais para não “sofrer” com a partida da criança (que serão explanados em “estratégias”, relatando que deixam o quarto da criança e os objetos intactos por um período até que sintam-se preparados para arrumá-los e esperarem outra criança.

4.4 Preparação para o desligamento

43

A indagação para esta categoria de análise foi se eles estavam preparados para o desligamento e referiu-se às crianças de 0 a 03 anos acolhidas e que foram desligadas porque foram para a adoção ou retornaram à família de origem, conforme tema do presente artigo.

A **família 01** respondeu “sim”, sem argumentar, considerando-se totalmente preparados para este desligamento dentro das contingências que aconteceram (era um bebê que fora acolhido com poucos dias de vida e fora encaminhado para a adoção ainda com menos de 3 meses, sendo que a família que adotou era conhecida da família acolhedora, do Grupo Gerando Amor). A **família 02** também respondeu “sim”, argumentado que, mesmo sabendo que este momento chegaria, foi difícil. A **família 03** argumentou sua resposta “sim” dizendo que “*já na hora que a gente acolhe já sabemos que estamos aqui só pra cuidar*” (sic!). A **família 04** ressaltou que “*estamos sempre preparados! Todo tempo a gente se prepara e preparamos a criança*” (sic!). Na **família 05**, a sra. respondeu “*Não sei... eu me apego muito fácil!*” (sic!) quando indagada, já o sr. respondeu “*eu tava consciente*” (sic!). Quanto à **família 06**, relatou que “*fomos avisados bastante, desde que acolhemos sabemos que vai, mas dá tipo um choque na hora... mas sabemos que o acolhimento pode ser rápido ou demorado*” (sic!).

Ressalta-se aqui nesta categoria de análise que a Equipe do Serviço de Acolhimento familiar realiza trabalho psicossocial com as famílias e acolhidos através de visitas semanais ou quinzenais às famílias acolhedoras.

4.5 O processo de desligamento e a desvinculação afetiva

No quadro abaixo, apresentam-se as respostas quanto às estratégias das famílias que, na opinião particular de cada uma, foram imprescindíveis para a superação das percepções/sentimentos/emoções inerentes ao processo de desvinculação afetiva:

Estratégias para desligamento

F.	ESTRATÉGIAS
01	Esta família citou como estratégia continuar frequentando as reuniões do Serviço, assim como o Grupo Gerando Amor. Também citaram que se tiver outro acolhimento, isto pode ajudar. Relataram ainda que, como sabiam que a criança estava bem, isto os ajudou, logo, para eles, uma boa estratégia é pensar que a criança está bem, “ <i>se a família está adotando, é porque está preparada</i> ” (sic!).

02	A sra. do casal disse que se dirigia até o quarto em que o acolhido tinha os objetos, “ <i>abria as gavetas e ficava vendo as coisas dele, chorava bastante e aliviava</i> ” (sic!). Citam também que conversas em família ajudavam bastante. E que a Equipe técnica ajudava bastante, principalmente trazendo notícias de que a criança estava bem. Citaram também as orações a Deus, segundo sua religião, como tendo os ajudado bastante.
03	Citaram que conversar entre o casal (sobre a acolhida) os ajudava bastante. Choravam e riam juntos. Citaram também rezar para Deus, para que a família tivesse paciência, dentre outras questões. Relataram que tentavam ajudar outras crianças também, levando roupa, leite, fralda, quando sabiam de alguma criança que estava precisando.
04	Citaram “ <i>ocupar a cabeça</i> ” (sic!) com coisas diferentes. Relataram já terem trocado até de carro duas vezes. Ficam olhando carros, vão jantar fora, viajam, “ <i>pra não ficar pensando</i> ” (sic!). No dia em que a criança vai embora, procuram sair e chegar bem tarde em casa. Esta família relata que deixa as coisas da criança no quarto, “ <i>que fique ali... até quando der vontade!</i> ” (sic!).
05	Esta família relatou como estratégia tentar não ficar muito em casa, sair passear, conversar sobre o assunto entre o casal, “ <i>a gente conversava junto sobre o processo, que conheceu os pais adotivos, dialogava bastante...</i> ” (sic!). O casal disse que é preciso se trabalhar: “ <i>tem que se trabalhar... o que tinha que fazer, fez... saber que ele está bem, que foi com os pais... daí vai entrando na cabeça</i> ” (sic!). “ <i>A gente superou bem</i> ” (sic!).
06	A família comprou um cachorro para o filho de 8 anos ocupar o tempo, dar atenção e não se sentir tão sozinho. Citam que é importante “ <i>ocupar a cabeça, pra não pensar na criança</i> ” (sic!), a sra. disse que usava-se da leitura, diálogo entre o casal e filho, saíam passear, procuravam “ <i>se desligar... não ficar parado, se ocupar</i> ” (sic!).

Fonte: A própria pesquisa

Quanto às estratégias utilizadas pelas famílias, observam-se 04 pontos que se repetiram nas entrevistas: 1. Trabalhar/vigiar o pensamento: as famílias que citaram esta fala, referiram-se ao trabalhar o pensamento no sentido da certeza de que a criança está bem, pois, se foi para a adoção ou se retornou para sua família de origem, isso aconteceu porque as famílias foram preparadas para recebê-la e serão assistidas por um tempo, para que se tenha certeza de que estarão bem. 2. Diálogo entre os acolhedores: conversar com o parceiro acolhedor indicou aliviar a dor, uma vez que o afeto investido na relação foi de todos os envolvidos, logo, o diálogo a respeito do que sentem demonstrou ter sido uma boa estratégia no sentido de amenizar a dor. 3. Ocupar o tempo: ocupar o tempo, especialmente logo nos primeiros dias, auxiliou as famílias que citaram esta estratégia, para procurarem não ficar com o pensamento focado na dor ou no sentimento da separação ou da saudade. 4. Fé: “Deus” foi citado também como uma forma para amenizar a dor e também como uma forma particular de expressar/enviar desejos sinceros à criança com a qual não mais tinham contato.

5 CONCLUSÕES

O presente artigo levantou algumas percepções subjetivas inerentes ao processo de desvinculação afetiva que ocorreram com as famílias acolhedoras, focalizando no desligamento de crianças de 0 a 3 anos de idade, em função de esta ser uma fase de forte vinculação, bem como pela delimitação do universo a ser pesquisado, uma vez que a vinculação afetiva e o apego ocorrem em todos os processos de acolhimento, independente da faixa etária dos acolhidos, mas precisou-se delimitar o universo a ser pesquisado em função do prazo para a entrega do presente artigo.

Com os resultados e análises aqui apresentados espera-se continuar contribuindo com o aprimoramento do Serviço de Acolhimento Familiar de São Bento do Sul, visto que este Serviço tem importante contribuição no panorama nacional sobre os estudos e debates que envolvem este direito disposto às crianças e adolescentes.

6 REFERÊNCIAS

BOWLBY, J. **Apego e perda: Separação**. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2., 1973/1984. In: Dalbem, j. x.; Dell'Aglio, D. D. **Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS, 2006.

BOFF, L. **Saber cuidar**. Petrópolis: Vozes, 1999. In: Valente, J. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **O cuidado necessário**. Petrópolis: Vozes, 2012. In: Valente, J. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013.

BOWLBY, J. **Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. In: Dalbem, j. x.; Dell'Aglio, D. D. (2006). **Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**: disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. – 6. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006. MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed. 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2013.

CASSIDY, J. (1999) **The nature of child's ties**. In: CASSIDY, J. & SHAVER, P. (Orgs.). **Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications**. New York: The Guilford Press. pp. 3-20. In: Dalbem, j. x.; Dell'Aglio, D. D. (2006). **Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS.

COUTINHO, F. **O ambiente facilitador: a mãe suficientemente boa**. In: Winnicott - 100 anos de um analista criativo. Rio de Janeiro: Nau, 1997.

GOLSE, B. **O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. In: Dalbem, j. x.; Dell'Aglio, D. D. (2006). **Teoria do apego**: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS.

Instituto Fazendo História, site. Disponível em: <http://www.fazendohistoria.org.br/newsletter/newsletter_view.php?id=31>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.

JUNIOR, João Paulo Roberti. **Evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil**. Revista da Unifebe (Online): 2012, site. Disponível em: <<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo025.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2016.

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia. São Paulo. **O processo de afirmação da assistência social como política social**, site. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm>. Acesso em 27 de fevereiro de 2016.

Valente, J. **Família acolhedora**: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2013.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.